

APROXIMAÇÕES ENTRE PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO EM UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

APPROACHES BETWEEN PARTICIPATION AND EMPOWERMENT
UNDER AN EMANCIPATORY PERSPECTIVE

ENFOQUES ENTRE LA PARTICIPACIÓN Y LA AUTONOMÍA
BAJO UNA PERSPECTIVE EMANCIPATORIA

*Cristiane Gonçalves Souza**
*Dirceia Moreira***
*Jussara Ayres Bourguignon****

Resumo: Este artigo busca sistematizar elementos teóricos que contribuam para reflexão sobre as categorias participação e empoderamento. Para tanto, o procedimento metodológico empregado foi a pesquisa bibliográfica sendo o método dialético aquele que sustenta este artigo. O empoderamento é uma categoria de análise de ações que tenham como finalidade favorecer que indivíduos, grupos ou instituições passem de uma situação de opressão e resignação a uma situação de conquista de vez e voz. No entanto, para o desencadeamento de tal processo se faz necessário refletir sobre a concepção e as características atribuídas ao empoderamento, bem como sobre suas possibilidades e limites por meio da participação social de sujeitos envolvidos neste processo. Articulada a esta reflexão, o artigo retoma as contribuições da educação libertadora como potencializadora dos processos de empoderamento e participação social.

Palavras-chave: Empoderamento dialógico; participação; educação libertadora.

Abstract: This article attempts to systematize theoretical elements that contribute to reflection on the categories participation and empowerment. Thus, the methodological procedure used was the literature research and the dialectical method that supporting this article. The empowerment is a category of analysis actions that are intended to encourage individuals, groups or institutions to move from a situation of oppression and resignation to a situation of conquest once and voice. However, for triggering this process it is necessary to reflect on the design and the characteristics attributed to empowerment, as well as its possibilities and limits by means of social participation of individuals involved in this process. Articulated this reflection, the article takes the contributions of liberating education as potentiator of the processes of empowerment and social participation.

Keywords: Empowerment dialogic; participation; liberating education.

Introdução

Este artigo objetiva refletir a respeito da importância da participação no processo de empoderamento, para tanto empregamos a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, pois a mesma permite um amplo alcance de informações e admite o emprego de dados dispersos em inúmeras publicações, desta forma, contribui para a melhor definição dos conceitos que envolvem o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

O método dialético é o método que sustenta este artigo, pois o mesmo caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado. Este método “Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador” (LIMA; MIOTO, 2010, p. 40).

Através da pesquisa bibliográfica nos foi possível apreender o debate proposto por alguns autores, os quais colocam em questão o termo empoderamento, visto que na atualidade este termo, por muitas vezes, tem sido usado indiscriminadamente sem que se leve em conta alguns pressupostos básicos, como por exemplo, a alteração na dinâmica das relações de poder e a participação direcionada para a emancipação dos sujeitos e não apenas para integração social.

Nesse sentido, delineamos algumas características mais relevantes da categoria participação, visto que não há um consenso a respeito da mesma. “A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados” (PAULILO, 2010, p. 1), neste sentido indagamos a respeito de que tipo de participação esperamos quando nos referirmos ao processo de empoderamento?

Na perspectiva desse artigo, pretendemos contribuir para suscitar reflexões acerca da participação no contexto do processo de empoderamento, pois há programas, projetos e ações governamentais e há também as organizações não governamentais, que almejam favorecer o desenvolvimento do processo de empoderamento, no entanto, a perspectiva de participação que se adota nessas instituições por vezes é voltada para mera integração do cidadão à dinâmica já consolidada no âmbito das relações sócio-políticas, culturais e econômicas. Nesse sentido, consideramos relevante a presente discussão a fim de possibilitar um debate que pretende ser ponto de partida referente à temática em tela.

Empoderamento: concepção e características

Perkins e Zimmermann (1995) ao tratar do empoderamento expõem que há uma abundância de definições a respeito do mesmo, nesse sentido é possível afirmar que o termo *empowerment* ou empoderamento, traduzido para o português, é considerado polissêmico (HOROCHOVSKI, 2009), visto não ter um caráter universal, pode ser utilizado para designar diversas situações.

Quanto à concepção, pesquisa e aplicação prática das ideias relacionadas ao empoderamento Rappaport¹ pode ser considerado pioneiro, haja vista que o mesmo defendeu a adoção do princípio do empoderamento como um guia para a psicologia comunitária (PERKINS; ZIMMERMANN, 1995).

Quando o termo foi utilizado pela primeira vez nos anos 1960 ele foi adotado para designar uma situação em que sujeitos tivessem a oportunidade

de ter a garantia de que seu direito à voz seria efetivado, onde os mesmos passariam de uma posição passiva para um posicionamento ativo frente às suas problemáticas cotidianas sendo protagonistas de sua história de vida (HOROCHOVSKI, 2009).

Para Romano e Antunes, nas mais variadas abordagens referentes ao processo de empoderamento ocorre um problema grave onde “Tem sido colocada em segundo plano a questão essencial da noção e da abordagem de empoderamento. Isto é, a questão do poder. Mais precisamente, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento” (ROMANO; ANTUNES, 2010, p. 11).

Em muitas ocasiões adota-se o termo empoderamento para pautar a realização de ações, de projetos, de programas, mas as mesmas não partem do pressuposto da necessidade de uma mudança nas relações de poder, desta forma tais ações dificilmente provocarão resultados mais satisfatórios na vida dos sujeitos, pois ao invés de ocorrer mudanças, as ações oferecem apenas uma integração cuja consequência acaba sendo uma manutenção nas relações.

O reconhecimento da necessidade de se empoderar as pessoas e grupos que vivem na pobreza passa a ser percebido, com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza. A ampliação do uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso não seja apenas uma moda no campo do desenvolvimento, mas sim produza mudanças nas práticas e políticas destes atores. (IORIO, 2010, p. 22).

Para se combater a pobreza, a vulnerabilidade social que muitos enfrentam em nossa sociedade através da abordagem do processo de empoderamento, se faz necessário o desenvolvimento de ações cujo foco seja potencializar as capacidades dos sujeitos, e isto pressupõe uma alteração nas relações de poder, pois ao passo que esses sujeitos sentem-se capazes, sujeitos com autonomia eles deixarão de ser passivos e reivindicarão seus direitos, nesse caso, altera-se a relação de poder (FREIRE; SHOR, 1986).

Empowerment pode ser definido como um processo contínuo intencional e envolve o respeito mútuo, a reflexão crítica, solidária e participação coletiva, onde as pessoas mediante o processo participativo passam a ter acesso a recursos que antes não possuíam (CORNELL UNIVERSITY

EMPOWERMENT GROUP apud RAPPAPORT, 1995).

Perkins e Zimmermann (1995) afirmam que o processo de empoderamento dos indivíduos pode incluir a participação em organizações comunitárias, mediante inclusão dos mesmos na tomada de decisão coletiva e liderança compartilhada (PERKINS; ZIMMERMANN, 1995).

Como já mencionado, o empoderamento pode ser abordado a partir de perspectivas diferenciadas, que vão desde a uma simples ação de integração, assim como pode vincular-se a ações que privilegiem o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos. Romano e Antunes (2010) explicam que o empoderamento não apenas “virou moda” no final dos anos 1990 no Brasil, mas também, infelizmente, muitos fizeram uso desse termo para efetivar ações que na verdade eram ações desempoderadoras.

O empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado principalmente como um instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essência, o que antes faziam. Agora com um novo nome: empoderamento. Ou para controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas categorias e propostas inovadoras. Situação típica de transformismo (gattopardismo): apropriar-se e desvirtuar o novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes. Adaptando-se aos novos tempos, mudar tudo, para não mudar nada. (ROMANO; ANTUNES, 2010, p. 10).

O processo de empoderamento tem como finalidade que “pessoas pobres e excluídas tenham possibilidades de superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas” (ROMANO; ANTUNES, 2010).

A concepção de empoderamento e transformação traz uma nova perspectiva para os sujeitos, porque lhes dá oportunidade de que se percebam enquanto sujeitos que apresentam não apenas fragilidades e necessidades, mas, sobretudo, os mesmos têm condições de perceber que também possuem possibilidades e capacidades que podem e devem ser desenvolvidas.

Para Freire (2005) em processos em que não há alterações das estruturas de poder não há a superação da relação dialética entre opressores e oprimidos², pois para este autor a pobreza, as situações de vulnerabilidade que vivenciam as famílias brasileiras são condições que desempoderam as mesmas, que as oprimem e lhes tiram a liberdade, visto que além de ser um atributo, o empoderamento pressupõe a liberdade. O autor supracitado entende a liberdade como sendo característica inerente de um processo no qual o

oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FREIRE, 2005).

Referente à definição de empoderamento, Horochovski (2009, p. 112) sinaliza que o empoderamento é um processo no qual os sujeitos adquirem “controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente”.

Nessa linha de pensamento Rappaport (1995) salienta que o empoderamento corresponde a um processo onde as pessoas, organizações ou comunidades passam a ter o domínio sobre as questões que lhe dizem respeito, participam ativamente dos processos de tomada de decisão.

Empoderamento é, por definição, um processo coletivo e contínuo, não se trata de apenas um único processo. É importante para os indivíduos assumirem o controle sobre seus medos, vícios, e outros pensamentos e comportamentos auto-destrutivos ou socialmente perturbadores. A esse respeito, Perkins (2013) afirma que é fundamental que tal processo ocorra no âmbito individual, pois é importante para uma pessoa vencer seus medos e traumas, visto que isso traz melhoras para saúde e qualidade de vida. No entanto, o autor destaca que o empoderamento é mais benéfico se ocorre no contexto social, pois desta forma é possível trabalhar coletivamente em busca dos interesses comuns, para melhorar nossas comunidades e instituições, e construir uma sociedade mais justa.

Empoderamento diz respeito à ação de capacitar os sujeitos individuais ou coletivos para que eles possam transformar situações desfavoráveis a eles e as pessoas de seu entorno em situações que possibilitem que os mesmos tenham seu direito à voz garantido. Empoderamento implica que tais sujeitos tenham condições de manifestar suas opiniões, suas vontades e reivindicar seus direitos enquanto cidadãos num processo que envolve uma participação ativa. No entanto, nesse processo se faz necessário compreender que:

Como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os prefalados recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. Trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania que propiciem, principalmente aos estratos de menor status socioeconômico, a ampliação do que Sen (2000) denomina liberdades substantivas. (HOROCHOVSKI, 2009, p. 113).

É importante que nessa ação estejam envolvidos pessoas que serão facilitadores do processo de empoderamento.

Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas. Nem o governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações; as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento. (ROMANO; ANTUNES, 2010, p. 12).

O empoderamento refere-se a um processo, em que o resultado não depende apenas dos agentes externos, não é uma dádiva, ninguém empodera ninguém, o que pode ocorrer é a abertura de espaços que propiciem momentos de discussão, de reflexão e de ações portadoras de potencial transformador.

Por mais que não se possa medir o empoderamento e por mais que o resultado deste processo dependa não apenas dos agentes externos, mas também depende da apreensão dos sujeitos, a abertura de espaços que tenham como alvo a sua ocorrência deve partir da premissa da mudança nas relações de poder e não criar barreiras para sua efetivação, cujo ambiente seja mais para domesticação do ser humano do que para sua liberdade (FREIRE, 1986).

Níveis de empoderamento

Quando se adota o empoderamento como categoria de análise de processos que trazem consigo na sua essência o despertar da autonomia de sujeitos, se faz necessário alguns esclarecimentos a respeito das possibilidades de favorecimento do mesmo, quer seja individualmente ou coletivamente. Pontuamos, a partir de Perkins e Zimmerman (1995) os níveis de empoderamento, que expressam possibilidades no plano individual ou intrapessoal; organizacional e comunitário.

Empoderamento individual ou intrapessoal refere-se à situação em que os sujeitos participam nos espaços comunitários ou em organizações e o resultado dessa participação é a sua capacidade de mobilizar os mesmos a se perceberem como detentores de capacidades e recursos que por sua vez lhes dão possibilidade de influenciar suas trajetórias de vida (PERKINS; ZIMMERMAN, 1995).

Ocorrerá empoderamento intrapessoal se as pessoas sentirem que são competentes em uma determinada situação, que sua presença é relevante, têm mais oportunidades e recursos para agir que constrangimentos e limitações. A própria participação e o exemplo de lideranças locais que se saem bem em fóruns participativos podem constituir fontes importantes de empoderamento intrapessoal. (HOROCHOVSKI, 2009, p.122).

Há o favorecimento do empoderamento individual quando as pessoas percebem que, ainda que possuam necessidades, possuem também habilidades e capacidades e têm condições de serem protagonistas, quer seja para mudar a sua própria vida ou o seu entorno. O empoderamento individual tem relação com o processo em que um sujeito percebe sua importância, percebe que sua participação nos processos decisórios pode influenciar a agenda de lutas do seu bairro, do conselho municipal, da cidade, etc.

Empoderamento organizacional implica no processo em que há tomada de decisão coletiva, liderança compartilhada e tem como resultado o desenvolvimento organizacional, a articulação das redes e a alavancagem política (PERKINS; ZIMMERMAN, 1995).

Nesse nível de empoderamento é importante ressaltarmos que por mais que o poder e as decisões sejam compartilhados, isso não significa que não haja divergências na organização, todavia o que se pretende é ouvir a todos e buscar chegar a um consenso.

Empoderamento comunitário pressupõe ação coletiva para acessar recursos e o resultado desse processo é justamente a possibilidade de acessar tais recursos e o estabelecimento de parcerias (PERKINS; ZIMMERMAN, 1995).

Diz respeito às situações em que sujeitos individuais ou coletivos de uma determinada comunidade participam ativamente construindo estratégias de ação a fim de atingir um objetivo para aquela comunidade (HOROCHOVSKI, 2009). Esta participação requer que essa comunidade chegue a um consenso na tomada das decisões, vale lembrar que tal consenso não significa que haja uma uniformidade dentro da comunidade, ao contrário, pode haver muitas opiniões que irão divergir entre si, mas através da participação, da reflexão, do diálogo chega-se a um consenso a respeito daquilo que é melhor para aquela comunidade.

Até o presente momento pudemos observar alguns elementos comuns que são inerentes ao empoderamento: i) o empoderamento é um processo; ii) pode ocorrer individualmente ou em comunidades e organizações; iii) envolve a participação ativa; iv) envolve a reflexão crítica, a consciência e a compreensão da possibilidade de influenciar as estruturas e interesses políticos e v) envolve acesso e controle sobre decisões e recursos importantes (PERKINS, 2013).

Através da descrição acima percebemos que no desenvolvimento do processo de empoderamento a participação é fundamental para que o mesmo ocorra, nesse sentido há a necessidade de refletir a respeito do que vem a ser a participação.

De que participação estamos falando quando nos referimos ao processo de empoderamento?

Para Freire e Shor (1986), o empoderamento é dialógico, ou seja, ocorre à medida que se estabelece um diálogo entre os sujeitos e os agentes externos que podem favorecer a ocorrência do empoderamento. É através desse diálogo, partindo de uma reflexão coletiva, que o sujeito apreende que sabe e descobre que possui capacidade de superação de suas necessidades e passa a agir de forma crítica na transformação da realidade que o cerca (FREIRE; SHOR, 1986).

Participação e empoderamento: relação necessária

A participação, assim como empoderamento é uma expressão polissêmica, visto que não existe um consenso claro sobre o significado da mesma. Referente às várias interpretações desta categoria tem-se que “a conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados” (PAULILO, 2010, p. 1).

Nesse sentido, é importante situarmos sobre que tipo de participação estamos nos referindo. Há aquela “participação em que o cidadão não passa de simples expectador até uma situação de protagonismo de destaque nas decisões políticas” (GOULART, 2010, p. 3).

A participação que defendemos, considera o contexto socioeconômico, político e cultural de uma dada realidade e é aquela onde:

Podemos lutar pelos princípios da democracia, neutralizando as formas de autoritarismo frequentes em nossa sociedade. É através dela que se acaba com a desordem de um *status quo* injusto, que produz a marginalização. E é também através dela que superamos a resignação e o medo. Só assim são geradas as condições para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, só possíveis em uma sociedade democrática. (SOUZA, 2004, p. 1).

A participação é algo que está intrinsecamente ligada à natureza do ser humano, pois desde os tempos mais remotos das tribos e dos clãs a participação vem acompanhando a evolução do ser humano como aspecto fundamental da sua sobrevivência. Portanto, “a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social” (BORDENAVE, 1994, p. 17).

Nesse sentido, é possível afirmar que o ser humano se desenvolve plenamente em uma sociedade que permita e facilite a participação de todos (BORDENAVE, 1994).

Nogueira e Simionatto (2001) expõem que de tempos em tempos há uma preocupação na busca de tentar fundamentar a categoria participação, e isso é feito mediante toda uma fundamentação ideopolítica que ora busca preservar características progressistas e ora conservadora. Dessa forma, os autores seguem afirmando que, no Brasil, é no contexto da década de 1980 que reaparece o debate sobre participação onde surgem novos sujeitos estabelecendo o roteiro e o conteúdo que são necessários para qualificar a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão no contexto social.

Durante muito tempo a participação que o Estado propiciou à população brasileira foi uma participação mais restrita, ou seja, era uma participação que tinha como objetivo precípua a manutenção da ordem societária, não era uma participação que trazia em sua essência a questão da transformação social, pois partia da ideia de integração da população, dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos e atenção pessoal (GOHN, 2009).

Esse estilo de participação produziu uma sociedade civil³ frágil com pouca capacitação técnica e política para a proposição e a negociação de políticas públicas (CARVALHO, 2010).

Sociedade civil frágil no sentido de que as decisões eram tomadas pelos detentores do poder e a mesma não era convidada a participar, mas apenas assistia a esses eventos de tomada de decisão e também quando participava em ocasiões pontuais a forma de participação não importava na possibilidade real de modificação nas relações de poder, ou seja, tal postura gerou cidadãos que sequer se reconheciam como sendo capazes de influenciar a agenda pública, cidadãos que tinham medo de se posicionar criticamente e discutir a respeito de questões que são fundamentais para sua vida.

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente. (SOUZA, 2004, p. 1).

Diante desse quadro de não favorecimento da participação no contexto brasileiro é importante estimular o debate sobre esta categoria e suas implicações, limites e possibilidades no intuito de contribuir para a propagação de uma cultura que privilegie a participação da sociedade nos espaços de

tomada de decisão como os conselhos, sindicatos, fóruns, conferências e demais espaços que se abram para este fim.

Bordenave (1994) expõe que participação num sentido mais amplo, macro, pressupõe a conquista de uma visão mais ampla onde o sujeito passa a ter algo a dizer para a sociedade, visto que o ser humano não participa somente em um contexto micro social como na família ou nas associações. Os sujeitos participam em nível macro quando passam a tomar parte das lutas sociais, econômicas e políticas de seu contexto. “A macroparticipação, isto é, a participação macrosocial compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade” (BORDENAVE, 1994, p. 24).

Para uma melhor compreensão sobre a categoria em tela, apresentamos na sequência algumas características da mesma a partir da classificação de Ammann (1981). A autora explicita que podemos relacionar a participação com: associativismo; mudança cultural; integração de grupos marginais; trabalho gratuito; adesão a planos de desenvolvimento; participação política versus participação social e participação como prática transformadora.

A participação e associativismo é uma forma de participar em que os vários indivíduos se reúnem para tomar decisões que são locais e emergenciais, como por exemplo, quando uma associação de moradores se reúne para decidir sobre saneamento básico.

Ammann (1981) aponta que embora essa forma de participação seja importante, diz respeito a uma participação atomizada, em que o grupo se preocupa apenas com problemas que são pontuais e não se pensa numa esfera mais global no sentido de que essa associação tem a capacidade de influenciar na agenda das políticas públicas.

Quanto a mudança cultural e participação, Ammann (1981) aponta que a Teoria de Modernização⁴ afirma que o atraso da população em participar decorre de um padrão cultural. Nesse caso, a “solução” seria promover uma transição de um nível limitado de participar para outro nível através da socialização. No entanto, há um limite nesse tipo de transição, visto que se adota um método em que o objetivo é “alterar a vida da comunidade sem que ela perceba que as alterações vão ocorrendo” (AMMANN, 1981, p. 149).

O limite dessa participação está em que a população é conduzida a participar acreditando que a direção está sendo dada pela comunidade, quando na verdade a direção já estava pré-estabelecida.

Já a participação e integração de grupos marginais relaciona-se a uma mera incorporação dos excluídos ao sistema sem realizar uma reflexão crítica, o problema é o indivíduo, portanto ele tem que se integrar à sociedade (AMMANN, 1981).

A participação e trabalho gratuito refere-se ao momento em que um grupo, ou comunidade reúne-se em seu dia de folga para poder dar conta de

algo que seria o Estado quem deveria fazer. Nessa categoria Ammann (1981) considera que há uma pseudo-participação, pois não há um processo de questionamento das ações estatais, o que está sendo feito com o dinheiro público para construção de casas populares ou construção de uma praça pública, etc.

O mutirão não é mal em si, pois se trata de uma iniciativa popular, no entanto, o limite está em que esse mutirão deveria ser organizado para também reclamar os direitos sociais do cidadão perante o Estado (AMMANN, 1981).

Bordenave (1994) classifica esse tipo de participação como participação voluntária, em que o grupo é constituído pelos próprios participantes, os mesmos deliberam sua organização e fundam seus objetivos de trabalho e métodos de trabalho. “Todavia, nem sempre a participação voluntária surge como iniciativa dos membros do grupo. Às vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos” (BORDENAVE, 1994, p. 28).

Sobre a participação e adesão a planos de desenvolvimento trata-se do momento em que as lideranças locais são convocadas para contribuir na execução de algum programa ou projeto local. Um dos limites dessa participação é a visão minimalista, pois não leva os sujeitos a olharem o todo. Por mais que o problema seja local, ele está inserido em um contexto global dentro da sociedade. Outro limite é a participação subsidiada pelo governo, ou seja, os planos e programas já vêm prontos para a população, ela só tem que executar (AMMANN, 1981).

A participação política versus participação social aponta para dois aspectos: a participação política diz respeito ao momento em que a população toma parte nos processos de decisão da sociedade, através dos conselhos e conferências, por exemplo. Já a participação social refere-se “aos componentes distributivos dos bens da sociedade – trabalho, habitação, educação, saúde, lazer, etc. – sem levar em conta que o poder decisório representa um componente imprescindível de qualquer tipo de participação” (AMMANN, 1981, p. 154). Os limites dessas categorias de participação estão em que na primeira o poder decisivo das classes subalternas é quase nulo, ficando restrito nas mãos da classe dominante, ou seja, trata-se de uma participação indireta. Por sua vez, a participação social diz respeito a uma distribuição de alguns serviços sociais, contudo não se altera as estruturas de produção, distribuição e consumo da sociedade (AMMANN, 1981).

Bordenave (1994) classifica a participação política e social como participação concedida, situação em que as classes subalternas participam do processo de tomada de decisões, no entanto, ainda que participem desse processo, o autor considera que essa participação é limitada, pois possui uma direção clara de manutenção do status quo. Ou seja:

Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc. de modo a criar uma “ilusão de participação” política e social. (BORDENAVE, 1994, p. 29).

No entanto, mesmo com esses limites, o autor assevera que esta modalidade de participação possui certo potencial de crescimento de consciência crítica, visto que à medida que os sujeitos se inserem nos processos de tomada de decisão pode haver a possibilidade do exercício da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder.

Quanto a participação como prática transformadora destaca-se que as classes subalternas têm acesso aos processos decisórios macrosociedadeiros.

Partindo de problemas cotidianos concretos do nível local, a população por vezes assessoradas por seus “intelectuais orgânicos⁵” tenta descobrir as causas geradoras de tal situação, sua conjunção com as estruturas sociais e iniciam uma luta, para a modificação do equilíbrio de forças no seio da sociedade a partir do micronível (AMMANN, 1981, p. 155).

Os intelectuais orgânicos podem ser os agentes de mudança externos os quais são necessários como catalisadores iniciais do processo de empoderamento.

A luta pode ser por uma necessidade imediata, porém o processo de participação é conduzido de modo diferente, de forma que a população adquire consciência de que tem capacidade de ser protagonista ao ponto de influenciar a agenda das políticas públicas.

A luta para o alcance de tais propósitos se inicia comumente de interesses específicos, concretos e imediatos da população, tais como a reivindicação por melhores condições de trabalho, habitação, saúde, lazer, etc. O que diferencia, pois, estas práticas das anteriores, é muito mais a intencionalidade, o compromisso dos técnicos nelas engajados e o método não indutor por eles utilizados (AMMANN, 1981, p. 155).

A participação que transforma, tem como base um processo que é dialógico e reflexivo com as classes subalternas, em que as decisões são tomadas de baixo para cima e não o contrário. O compromisso que os agentes externos têm é com as necessidades da população e não com os interesses do

Estado (AMMANN, 1981).

A participação capaz de favorecer uma transformação social é aquela em que participar relaciona-se ao processo de gestão dos interesses coletivos e não individuais e particulares, é uma participação que questiona o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construindo espaços públicos não estatais, onde haja a afirmação do controle social sobre as ações do Estado (CARVALHO, 2010).

Nessa perspectiva a participação não se limita a ser o “*locus* da razão discursiva e o encontro de sujeitos falantes sobre regras universais, mas também o território da disputa e da definição do poder, o campo onde se lançam as premissas concretas, capilares e abrangentes de um projeto global de sociedade” (SEMERARO apud NOGUEIRA; SIMIONATTO, 2001, p. 17).

As contribuições de educação libertadora para o empoderamento e participação no contexto social

O processo de empoderamento exige o exercício da participação social. No entanto romper com a cultura de passividade, do não reconhecimento da condição do sujeito como cidadão político capaz de, no coletivo, lutar pelos seus direitos e consolidar espaços de exercício democrático, pressupõe construir conhecimentos críticos. Neste sentido recuperamos as contribuições de Paulo Freire, que é referência para uma educação libertadora e orientada por uma perspectiva crítica.

Paulo Freire um dos maiores educadores do século XX, foi precursor do movimento de Educação Popular da década de 1960 no Brasil, desenvolveu um método de alfabetização cuja finalidade era propiciar o desenvolvimento crítico dos educandos.

Para Freire, o acesso ao conhecimento deveria ser pressuposto não para ajustar os educandos, mas cultura e conhecimento deveria ser o ponto de partida para que os educandos avançassem na leitura do mundo, com possibilidade de se perceber como sujeito da história. Tal ação ocorreria através do processo dialógico com os educandos, ou seja, o diálogo era ponto fundamental no pensamento de Freire (FREIRE, 1980).

Suas ideias trouxeram uma mudança para o paradigma educacional de sua época, pois buscava estimular a prática educativa tendo como pressuposto a realidade em que o educando estava inserido, onde o diálogo e a história eram pontos centrais dessa prática. “*Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção*” (FREIRE, 1980, p. 41).

Para tanto, na perspectiva Freireana a participação não poderia ocorrer tendo como pressuposto a educação bancária, mas sim, tendo como ponto de partida a educação libertadora.

Como educação bancária entende-se o ato de depositar um conhecimento pronto e acabado nos sujeitos, em que estes não necessitarão fazer o processo de reflexão, mas somente serão receptores de algo.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 2005, p. 33).

O sujeito não é sujeito, mas objeto do educador, em que apenas recebe passivamente determinado conhecimento sem a possibilidade de questionamento e de indagação, as coisas são assim porque são! Essa é a resposta que se dá muitas vezes na educação bancária.

Para Freire e Shor (1986, p. 124) este tipo de educação não parte de uma ação dialógica tendo em vista que “em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”. O diálogo requer uma relação mais dinâmica entre educador-educando, sendo que os educandos também têm condições de serem educadores a partir do momento em que através de processos de reflexão coletiva compartilham suas experiências. Esse processo de reflexão, se adotado a partir de uma visão transformadora e de libertação do oprimido relaciona-se com “a práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2005, p. 21).

No processo de empoderamento a presença do diálogo se faz primordial, pois o sujeito a quem pretende-se “empoderar” está inserido em determinada realidade, portanto, tal processo tem que considerar essa realidade, caso contrário será mera transmissão de um conhecimento vazio, que não faz sentido aos sujeitos, assim, necessita dessa aproximação através do diálogo para que tenha início o processo de reflexão, não pode ser mera transmissão de conhecimento dos que se julgam sábios àqueles que não são sábios.

Tal ideia é fundamentada na opressão e atribuição da ignorância sempre ao outro, percebemos que tal concepção de educação se edifica sobre princípios frontalmente opostos à ideia de protagonismo, o que “anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, o que satisfaz aos interesses dos opressores”, com a

manutenção dos oprimidos na situação de beneficiários (RYZEWSKI; STORTI, 2010, p. 5).

Freire (2005) diz que ao escrever seus pensamentos, seu objetivo era chamar a atenção dos humanistas, nesse caso incluem-se os educadores, profissionais e técnicos que participam do cotidiano de processo de educação formal ou ações sócioeducativas⁶, para que os mesmos ao se referirem ao desenvolvimento de tais ações com perspectiva de empoderamento não utilizem de práticas da educação bancária, pois a mesma inibe o pensar dos sujeitos e nesse processo o que se tem como resultado não é uma participação cujo alcance seja o protagonismo, mas sim uma participação em que há apenas reprodução de um conhecimento que sequer faz parte da realidade desses sujeitos.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2005, p. 38).

A diferença entre a educação bancária e a educação libertadora, é que esta ao invés de depositar um conhecimento fixo e estático proporciona ao ser humano que este reflita a respeito da sua própria inserção no mundo, através da práxis este sujeito se comunica com o mundo onde está inserido e ao invés de ser um receptor passivo dessa relação com o mundo ele se torna um agente ativo, que age e transforma o mundo que lhe cerca.

Na educação libertadora o educador:

É o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível. (FREIRE, 2005, p. 39).

Os educandos, na prática problematizadora, têm a possibilidade de desenvolver seu poder de apreensão e de compreensão do mundo que lhes surge, “em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (FREIRE, 2005, p. 41).

A participação, o envolvimento com o coletivo e a *práxis* é o que garante o protagonismo. E isto para além da própria superação, individual ou de um pequeno grupo, leva a uma percepção coletiva ainda mais ampla, local, de sociedade, de classe, do condição, de gênero, e que serve de trampolim para a militância pela libertação, num protagonismo de todos e para todos. E esta reflexão-desafio é estratégica na educação. (RYZEWSKI; STORTI, 2010, p.5).

Na educação libertadora, os educandos têm a possibilidade de tornarem-se protagonistas através de uma participação ativa nos processos que se desenvolvem, pois:

Para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui a sua vida, a chegar a ser sujeito. É isto que expressam frases como: “a educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética como o contexto da sociedade na qual o homem está radicado” (FREIRE, 1980, p. 34).

“O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto” (FREIRE, 1980, p. 35), nesse caso não adianta afirmar que serão desenvolvidas ações e estratégias com vistas ao protagonismo dos sujeitos se tais estratégias não contemplam momentos em que os mesmos passarão a refletir sobre o contexto em que estão inseridos, ou seja, tal processo precisa partir da realidade dos sujeitos/educandos e não o contrário, pois ao passo que este homem, inserido em seu contexto, reflete sobre o mesmo e se envolve, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito (FREIRE, 1980).

O processo de empoderamento tem o potencial de ser desenvolvido a partir da perspectiva indicada pelo autor supracitado, ao invés de apenas buscar transferir um conhecimento às pessoas, tal ação pode contribuir para o desenvolvimento da participação ativa, que por sua vez possibilita uma reflexão coletiva e ainda pode favorecer a criação de condições para que os sujeitos envolvidos tomem consciência do poder que possuem de transformar sua realidade.

Ante o exposto percebemos que “O tema da participação tem, portanto, forte conteúdo ideológico e comporta diferentes conceitos e definições” (NOGUEIRA, 2004, p. 129). Desta forma, concordamos com a perspectiva freireana que insiste que a participação, ainda que em curto prazo não resolva os problemas sociais, possui grande importância no processo de socialização política, na ampliação da cidadania e na construção de um projeto de sociedade com mais igualdade e justiça social.

Considerações finais

O empoderamento é um processo que pressupõe o estabelecimento de uma prática dialógica, democrática, que incentive processos de reflexão, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural. Portanto, dentre os vários elementos que compõem o empoderamento destacamos a práxis, visto que o processo de empoderamento pressupõe o estabelecimento de uma ação intencional com clara finalidade, há uma intencionalidade por trás das ações a serem desenvolvidas. Não se trata de mera ação mecânica e repetitiva.

Considerar a práxis como referência para compreender o processo de empoderamento é necessário ainda, pois a partir da práxis o ser humano tem a possibilidade de se perceber enquanto agente transformador e protagonista de sua história.

No âmbito da práxis, as ações desenvolvidas devem apresentar algumas características tais como: ter um objeto de atenção comum e de expressão coletiva; ser fruto da ação consciente do sujeito individual e/ou coletivo para não cair na armadilha de mera reprodução do instituído; envolver uma ação planejada; envolver sujeitos com autonomia, ou seja, constituir uma dinâmica em que os sujeitos desenvolvam as ações por iniciativa própria; ser responsável pelos resultados alcançados, desenvolver ações que exijam momentos reflexivos, de avaliação continuada para redimensionar as ações conforme o alcance dos objetivos; ter clareza do projeto ético e político orientador das ações e das avaliações destas ações.

Dessa forma, Vázquez (2011) trabalha com a ideia da práxis intencional onde existe uma intenção determinada, as ações empreendidas realizam certo objetivo e finalidade. Segundo o autor, “para atingir a esfera da práxis intencional, a atividade consciente do homem aspira a realização, tanto na produção do projeto do qual se parte, como no processo prático da sua realização, materializando-se na forma do resultado, na medida em que nele se objetiva ou materializa o sujeito” (VÁZQUEZ, 2011, p. 318).

É nesse sentido que defendemos a ideia de que para o empoderamento contribuir para alterar as relações de poder, e que os sujeitos que não dispunham de recursos passem a adquirir tais recursos e passem a tomar parte dos processos de decisão que têm possibilidade de transformar sua realidade local, é importante que as ações desenvolvidas no processo de empoderamento sejam claramente orientadas por uma finalidade/intencionalidade política.

Logo, a participação deve ter como premissa o diálogo, a reflexão crítica, onde os catalisadores do processo atuem na lógica da participação transformadora realizando enfrentamento da lógica bancária, lógica que contribui mais para adestramento dos sujeitos do que para empoderamento. Haja vista que é a participação ativa dos sujeitos em processos coletivos que tem possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do pensar autônomo e protagonista.

Concordamos com Ammann quando a autora cita que “O que diferencia, pois, estas práticas das anteriores, é muito mais a intencionalidade, o compromisso dos técnicos nelas engajados e o método não indutor por eles utilizados” (1981, p. 155).

Ou seja, cabe aos profissionais das áreas de sociais e humanidades preocuparem-se em desenvolver, no contexto de suas práticas profissionais junto aos cidadãos, especialmente junto aos usuários de políticas públicas, ações que fortalecem o exercício do protagonismo através da participação em diferentes instâncias da gestão da política pública.

Notas

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: souzacgj@gmail.com

** Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), nos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado). E-mail: dirceia@dirceiam.com.br

*** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Atualmente é membro do Conselho Editorial da Revista Emancipação (UEPG) e professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: jubourg@yahoo.com.br

¹ Julian Rappaport, líder em Psicologia Comunitária, pioneiro sobre a Teoria do Empowerment como forma de compreender a psicologia de uma comunidade. Um dos seus principais livros sobre a teoria foi publicado em 1987. Doutor pela Universidade de Rochester em Nova Iorque nos Estados Unidos. Professor Emérito em Psicologia da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign.

² Sobre a contradição opressor-oprimidos ver Freire (2005).

³ Sobre Sociedade civil ver Duriguetto (2007).

⁴ Segundo Ammann (1981), a Teoria da Modernização sugere um método que tem por finalidade alterar a vida da comunidade, por meio da direção planejada e desejada pela classe dominante, deixa transparecer a falsa ideia de que a mudança foi desejada e provocada pela própria comunidade.

⁵ Sobre os Intelectuais Orgânicos ver Bobbio (1999).

⁶ Ações socioeducativas dizem respeito a um conjunto de atividades, tais como: grupos socioeducativos, campanhas socioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade (LIMA; CARLOTO, 2007, p. 128).

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. Considerações críticas sobre o conceito de

participação. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 147-156.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Participação social no Brasil hoje. **Revista Polis**, São Paulo: 1998. Disponível em: <www.lead.org.br/.../43/Participacao_Social_no_Brasi_Hoje.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**, São Paulo, Editora Cortez. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000200003>. Acesso em: 20 mar. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GOULART, Flavio. **Poder deliberativo, paridade, autonomia: dilemas da participação social em saúde no Brasil**. Disponível em: <www.idisa.org.br/site/.../DILEMASDAPARTICIPACAOSOCIAL.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos no Paraná**. Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0282.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de

Janeiro: ActionAid Brasil, p. 21-44, 2002. Disponível em: <www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálusis**, Florianópolis, v. 10, n. Especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 07 de jun. 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULILO, Maria Angela Silveira. Participação Comunitária: uma proposta de avaliação. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 183-188, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_participacao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2010.

PERKINS, Douglas; ZIMMERMAN, Marc. Empowerment Theory, Research and Application. **American Journal of Community Psychology**. v. 23, n. 5, p. 569-579, 1995. Disponível em: <<https://my.vanderbilt.edu/perkins/files/2011/09/empintro.proquest.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

PERKINS, Douglas. Empowerment. In: COUTO, Richard (Ed.). **Purposes of Political and Civic Leadership**. Thousande Oaks, CA: Sage Publications, Inc., 2010, p. 207-219. Disponível em: <https://my.vanderbilt.edu/perkins/files/2011/09/25.Empowerment_chapter.penultimate_draft.doc>. Acesso em: 13 abr. 2013.

RAPPAPORT, Julian. Empowerment Meets Narrative: Listening to Stories and Creating Settings. **American Journal of Community Psychology**, EUA, v. 23, n. 5, p. 795-807, 1995. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/14354773_Empowerment_meets_narrative_listening_to_stories_and_creating_settings/file/504635224fe3ac444c.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

ROMANO, Jorge Osvaldo; ANTUNES, Marta. Empoderamento: Recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002. Disponível em: <www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

RYZEWSKI, Luiz Antônio; STORTI, Moysés Martins Tosta. **Pedagogia do oprimido e protagonismo juvenil**: contribuições para uma práxis libertadora. s/d. Disponível em: <www.paulofreire.org/.../ensaio_protagonismo_sob_a_inspiracao_de_Paulo_Freire.doc>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 66, p. 145-164, 2001.

SOUZA, Herbert de. Participação. In: **Conferência Internacional sobre Sistemas de Informação e Gestão de Tecnologia**, 2004. São Paulo. Disponível em: <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>. Acesso em: 02 fev. 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em: maio de 2013.

Aprovado em: junho de 2014.